

# SODIREITOS

No mundo contemporâneo muitos homens e mulheres procuram através de migração melhorar suas /condições de vida, às vezes forçados por forças brutas, com guerras, desastres ambientais e expulsão de suas terras por grandes projetos, muitas vezes por acreditar que a migração possa ser uma forma de obter novas e melhores oportunidades.

Neste cenário se apresentam intermediários que trabalham para possibilitar ou facilitar a migração, em alguns casos para se aproveitar da vulnerabilidade de pessoas que querem ou precisam migrar e não tem condições para se organizar de forma independente ou só com apoio familiar. Formaram-se redes voltadas para a superexploração dessas pessoas pobres, conhecidas como redes de tráfico de pessoas.

Tráfico de pessoas é uma violação de direitos humanos nas quais pessoas são recrutadas para ser inseridas em situações análogas ao trabalho escravo, no contexto de mercado ou do lar, distante de seu lugar de residência.

O norte do Brasil (região amazônica) é palco de muitas situações de tráfico de pessoas, vinculadas à organização do mundo do trabalho em torno de grandes projetos de construção (hidrelétricas, estradas, minerodutos), nas grandes fazendas e no mercado de sexo. Estas situações ocorrem dentro da Amazônia, para países vizinhos e para Europa.

O tráfico de pessoas na Amazônia foi pauta de várias comissões parlamentares de inquérito (CPIs), denúncias em documentários, jornais e revistas, foco de políticas nacionais e locais de enfrentamento ao tráfico de pessoas e tema de pesquisas acadêmicas e de ONGs.

Este relato de experiência apresenta o processo de realização do projeto **DIÁSPORAS NO ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS ENTRE O BRASIL E O SURINAME**. O projeto foi realizado pela Organização Sodireitos, em parceria com o Grupo Mulheres em Movimento, a Universidade Federal do Pará, a Secretaria Estadual (UFPA) e a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH), com o apoio da Secretaria Nacional de Justiça (SNJ) do Ministério da Justiça e do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC).

O projeto alinhou sua atuação conforme as diretrizes estabelecidas na Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e o II Plano Nacional de enfrentamento ao Tráfico de pessoas, tendo como norte de atuação a prevenção a violações de direitos no contexto migratório, através da produção de conhecimento, formação de multiplicadores nas comunidades, fortalecimento de comunidades de migrantes com informações sobre migração segura e tráfico de pessoas, bem como, potencializando o debate nas instâncias de deliberação de políticas públicas como COETRAP (Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas) e no CONATRAP (Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas).

As ações do projeto estiveram centralizadas no processo de articulação com entidades e parceiros nas áreas de realização do trabalho, na construção de conhecimento em rede sobre tais áreas e as questões de migração e tráfico de pessoas, no mapeamento de entidades e a caracterização do público e dos contextos, conforme detalhado a seguir.

Para a realização da pesquisa de diásporas paraenses e maranhenses no Suriname articulamos junto a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH) para, em conjunto com a equipe do Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante (PAAHM) localizado no Aeroporto Internacional de Belém, a realização da pesquisa de caracterização dos migrantes para o Suriname, com a aplicação de formulários durante o desembarque e embarque internacional para o referido país, para o levantamento do perfil de mulheres, adolescentes e homens que migram para lá. Através deste mecanismo conseguimos de fato obter a dimensão das possíveis redes migratórias de paraenses, bem como a realidade vivenciada por cada um na localidade, casada com uma ação preventiva com informação e apresentação da rede de proteção.

Outra produção foi a coleta de informações através da pesquisa ação nos dois distritos de Belém- PA, Icoaraci e Outeiro, onde se concentra uma população migrante vinculada ao destino Suriname.

No Maranhão realizou-se contato e uma articulação com organizações que atuam na mesorregião Oeste e Centro, que, segundo IBGE (Censo 2010), juntos concentram 82% das famílias de origem dos migrantes para o Suriname oriundo deste Estado. Destaque especial para o município Lago da Pedra, que é o quinto mais importante centro econômico da microrregião do Pindaré, sendo detentor de seu maior rebanho bovino, além de figurar entre as cidades de maior desenvolvimento socioeconômico em nível estadual, mas que apresenta ao mesmo tempo o maior contingente de migrantes para o Suriname de todos os municípios do Maranhão.

## 2. Diásporas no enfrentamento ao Tráfico de Pessoas entre Brasil e Suriname

O eixo do projeto foi pautado em "Ações de prevenção ao tráfico de pessoas que enfocam grupos ou situações de vulnerabilidade específicas, e que considerem a perspectiva de gênero, como: pessoas em situação de rua; população LGBT; grupos étnico/culturais específicos; pessoas em situação de migração; mulheres e meninas" (Segundo eixo do edital MJ/UNODC nº 24/2013).

O projeto teve como público alvo as chamadas diásporas de migrantes, na qual, ficaram esquecidas no campo da análise das ciências sociais durante o século XX. Sorj (2014) atribui a explosão de análises de diásporas pelo mundo a partir da globalização, pois o:

[...] surgimento de novas identidades diaspóricas está relacionado à transferência maciça de populações no mundo contemporâneo, aos novos sistemas de comunicação e transporte, à crise do estado-nação como principal foco de normatização ideológica e ao descolamento da criação de identidades dos marcos políticos e ideológicos tradicionais (Sorj, 2014. p. 1)

Entende-se por diásporas, segundo Sorj (2014) não apenas um conjunto de conceitos elaborados como ideal, pois, considera que não exista de fato uma diáspora que possa ser um modelo, na qual, as demais terão que seguir, pelo contrário, para o autor acima mencionado:

[...] Diásporas são, portanto, todos aqueles grupos sociais que se auto definem como tais; o papel da teoria social é a análise comparada da gênese de cada uma delas e de suas estruturas sociais e institucionais. As diásporas são tantas e tão diversas como as que existem, existiram e venham a existir. Isso não significa, contudo, definir a diáspora como um conceito identitário fluido, aberto, em constante mutação, sem referencial fixo. A análise sociológica deve (tirar pode) mapear a diversidade, a constituição de mecanismos de reprodução interna e de intercâmbio com o meio ambiente dentro de contextos sócio históricos determinados. (SORJ, 2014. p. 19).

Partindo das considerações do autor, pode-se observar que as diásporas detêm de estruturas próprias, porém da mesma forma alerta para a necessidade de levar em consideração o contexto em que estão relacionadas aos contextos sócio históricos em que estão inseridas, desta maneira, pode-se ter dois âmbitos importantes para se analisar processos de formação das diásporas. Ainda em relação ao esforço de se obter um conceito sobre diásporas, Sorj (2014) ainda argumenta:

Em vez de um exercício de normatização ou de construção de tipos ideais, são necessários esforços de análise das experiências concretas que mostrem as condições dentro das quais, hoje, grupos sociais constroem e dão sentido específico à noção de diáspora. (p. 18 e 19).

Foi a partir desta concepção de se obter uma metodologia capaz de fortalecer as diásporas Paraenses e Maranhenses para o enfrentamento ao tráfico de pessoas para o Suriname, estabelecendo conexões entre os territórios escolhidos para a realização do projeto capaz de identificar as diásporas e visualizar essa realidade ainda pouco evidenciada.

Devido às diásporas estarem correlacionadas ao processo de migração, torna-se imprescindível enfatizar que motivações para migrar não se reduzem somente a causas socioeconômicas, mas também por questões subjetivas, pessoais. Milesi & Marinucci (2008) enfatizam:

As migrações não são apenas acontecimentos individuais, biográficos. Não decorrem simplesmente da livre e incondicionada escolha de indivíduos ou grupos de indivíduos, independentemente das influências que as dinâmicas geopolíticas e econômicas planetárias exercem. [...]. (MILESI & MARINUCCI. p. 28, 2008).

Para as autoras em um contexto neoliberal, a imposição de políticas imigratórias seletivas estabelece ao migrante que para obter êxito em seu deslocamento em grandes capitais, são ou consumidores ou investidores consideráveis de recursos. Representado por empresários e pessoas com qualificação profissional (este por sua vez produz simbolicamente capital), o migrante produtor não encontra dificuldade em se deslocar, consegue atingir as exigências de mercado. Ao deter pouca qualificação profissional, o migrante apresenta situação de extrema vulnerabilidade, tendo que aceitar péssimas condições de trabalho e remuneração.

Quando não detém recursos para se manter no contexto do capital neoliberal (consumidor) e tão pouco tem qualificação profissional (produtor) o migrante torna-se mercadoria, isso ocorre, principalmente no tráfico de pessoas, na qual, sua dignidade é amplamente violada e o mesmo torna-se produto negociável. Ao citar Zygmunt Bauman em seu texto "Vidas despedaçadas", as autoras citadas anteriormente salientam que algumas classes de migrantes não se encaixam em nenhum contexto do capital, ou seja, são dispensáveis. Neste sentido não há espaço para todos que buscam o mercado neoliberal tornando-os apenas sobra.

Partindo desta análise, o projeto Diásporas no enfrentamento ao tráfico de pessoas entre Brasil e Suriname, buscou equacionar através de uma pesquisa-ação, a coleta de dados acerca do fluxo migratório de paraenses e maranhenses para o Suriname, bem como, a realização de oficinas sobre migração e tráfico de pessoas, buscando com esta ação, estabelecer um processo de formação de líderes comunitários e representantes de organizações sociais, para a formação de multiplicadores capazes de disseminar o enfrentamento as violações de direitos humanos no contexto migratório.

### 2.1 Procedimentos Metodológicos

Para a realização da pesquisa de diásporas paraenses e maranhenses no Suriname articulamos junto a SEJUDH para, que junto com a equipe do PAAHM, localizado no aeroporto internacional de Belém, fosse aplicado um formulário durante o desembarque e embarque internacional do Suriname, para o levantamento do perfil de mulheres, adolescentes e homens que migram para o país. Através deste mecanismo conseguimos de fato obter a dimensão das possíveis redes migratórias de paraenses e maranhenses, bem como a realidade vivenciada por cada um na localidade, casado com uma ação preventiva com informação e apresentação da rede de proteção. Esta ação pauta-se na necessidade de prevenção e de atenção acerca de direitos migratórios e mecanismos de proteção às violações de direitos.

Outra ação de disseminação de informações ocorreu em dois distritos de Belém onde se concentra uma população migrante vinculada ao destino Suriname (veja para detalhamento desta ação o item seguinte).

No Maranhão foi feito contato e uma articulação com organizações e secretarias na mesorregião Oeste e Centro, que, segundo IBGE (Censo 2010), concentra 82% das famílias de origem dos migrantes para o Suriname oriundo deste Estado. Destaque especial para o município Lago da Pedra que é o quinto mais importante centro econômico da microrregião do Pindaré, bem como detentor de seu maior rebanho bovino, além de figurar entre as cidades de maior desenvolvimento socioeconômico a nível estadual, mas que apresenta ao mesmo tempo o maior contingente de migrantes para o Suriname de todos os municípios do Maranhão.

Para finalização do projeto, realizamos uma reunião com representantes de diásporas paraenses e maranhenses, para estabelecer diálogo sobre a proteção de brasileiros e o combate ao tráfico de pessoas.

### 2.1.1 Contexto do projeto

Quanto à contextualização geográfica do Projeto, tais localidades foram acessadas:

- Distritos de Icoaraci e Outeiro na cidade de Belém, identificados nas pesquisas qualitativas e no censo 2010 como as principais áreas de onde saem brasileiras para o Suriname;

- Regiões centro e centro-oeste do Maranhão, com foco na microrregião de Pindaré, identificada nos levantamentos do PAAHM no aeroporto de Belém e no Censo 2010 como principal região de migração de garimpeiros para o Suriname, em especial o município de Lago da Pedra, localidade em que o projeto se concentrou no Maranhão.

- Paramaribo, capital do Suriname, onde as redes da comunidade brasileira no Suriname são formadas por comerciantes, garimpeiros e prostitutas. Esta realidade foi obtida a partir de entrevistas com mulheres migrantes que residem na localidade.

A integração se deu, a partir do vínculo que as pessoas das três regiões têm entre si através das redes migratórias.



**Esquema: Processo migratório entre o Pará e o Maranhão para o Suriname**

Fonte: Projeto diásporas no enfrentamento ao tráfico de pessoas entre Brasil e o Suriname, Ago. a Dez. de 2014

### 2.1.2 Planejamento para a implantação do projeto

A coordenação, juntamente com a equipe técnica, de apoio e o grupo Mulheres em Movimento organizavam reuniões periódicas para planejar as ações do projeto.

Primeiramente estabeleceram-se as seguintes etapas:

Para o aprimoramento da equipe técnica e de apoio, realizamos o levantamento bibliográfico e documental sobre migração e tráfico de pessoas. Esta atividade possibilitou que a equipe técnica e de apoio tivesse de fato, primeiramente conhecimento sobre o projeto e posteriormente sobre a temática em que a proposta se baseava, para assim traçar os próximos passos e ações. Neste sentido, não sentimos dificuldades de apropriação por parte da equipe que atuou no projeto, tendo em vista, principalmente o histórico de cada um em projetos da ONG.

Realizou-se a identificação de parcerias em Icoaraci e Outeiro em Belém, e no Maranhão na região do Pindaré (Bacabal e Lago da Pedra). Todos os processos de identificação de parcerias eram sintetizados em relatórios e avaliados em reuniões que ocorriam quinzenalmente com toda a equipe que participou do projeto. O intuito era de estudar a viabilidade e os possíveis riscos de insucesso para cada parceiro articulado, buscando garantir que a proposta levantada pelo projeto pudesse construir comprometimento com as comunidades, tornando-as protagonistas no enfrentamento ao tráfico de pessoas.

### 2.1.3 Infraestrutura e equipe técnica

Para a escolha da equipe contratada para a implementação do projeto "Diásporas no Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas entre Brasil e Suriname" foi utilizado como critério de avaliação o nosso quadro de pesquisadores, bem como o grupo Mulheres em Movimento. A coordenadora do projeto foi a pesquisadora Dra. Lúcia Isabel, que já realizou diversas pesquisas na SODIREITOS, e detém um conhecimento aprofundado sobre a temática migração e tráfico de pessoas.

O projeto também contou com a participação do Grupo de Mulheres em Movimento (MUMOMI). Este grupo nasceu a partir de uma pesquisa-ação sobre migração, gênero, trabalho e tráfico de pessoas na qual essas mulheres participaram e que foi realizada dentro da Sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais na Amazônia. Foi de extrema importância o protagonismo das mulheres participantes do grupo, uma vez que possibilitou que pessoas vulneráveis ao tráfico de pessoas ou até mesmo vítimas se sentissem seguras em relatar histórias vivenciadas ou que souberam sobre tráfico de pessoas nas comunidades.

No total de profissionais que atuaram no projeto foram contratadas duas pesquisadoras e articuladoras, sendo uma Assistente Social com especialização em Gestão de projetos e Políticas públicas, além de já ter publicações em periódicos e apresentação em eventos internacionais, fazer parte da instituição há mais de cinco anos e já ter participado de outros projetos de intervenção (atendimento) e de prevenção ao tráfico de pessoas.

A escolha da segunda articuladora e pesquisadora se deu em função da sua longa experiência junto ao enfrentamento do trabalho escravo, bem como da sua militância em prol da consolidação dos Direitos Humanos. Atuou por diversos anos na Comissão Pastoral da Terra (CPT), organização parceira da SODIREITOS, atuando na coordenação de projetos.

Por este motivo, não realizamos processo seletivo para contratação de equipe técnica devido à SODIREITOS deter de um quadro de colaboradores qualificados e atuantes no enfrentamento ao tráfico de pessoas. A equipe de apoio, composta por voluntários graduados em Serviço Social, psicologia, estudantes e demais pesquisadores, garantiu que o projeto conseguisse alcançar excelência.

Duas importantes parcerias foram fortalecidas ao longo da implantação do projeto: A parceria com SEJUDH E COETRAP, através da Coordenação de Estadual de Promoção dos Direitos dos Trabalhadores Rurais, Combate ao Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas (CTETP), o que possibilitou o repasse de informações e o acompanhamento da pesquisa no aeroporto internacional de Belém sobre migração de paraenses e maranhenses para o Suriname e Guiana Francesa.

A parceria com a Universidade Federal do Pará (UFPA) contribuiu com o projeto cedendo espaço físico para as reuniões que são realizadas no auditório do Instituto de Ciências da Educação (ICED).

### 2.1.4 Informação e comunicação

Utilizamos como os meios de comunicação, os mais usados pela comunidade migratória (Facebook, e-mail e telefone), criamos um espaço virtual capaz de gerar visibilidade do projeto e que pudesse alcançar o público-alvo.

### 2.1.5 Articulação, mobilização e estabelecimento de parcerias

Para a implantação do projeto a SODIREITOS realizou ações de mobilização de parcerias nas comunidades em que o projeto se concentrou. Esta estratégia buscou diagnosticar atores importantes e de referência que atuavam nas localidades escolhidas para a realização das atividades. Para obter tais parcerias, a ONG contou com o seu banco de dados obtido a partir de projetos anteriores. Estas informações foram cruciais para o estabelecimento de cooperação nas comunidades de Icoaraci e Outeiro, onde conseguimos efetivar quatro parcerias comunitárias importantes para o sucesso do projeto.

Como essa era a primeira vez que a SODIREITOS desenvolveria suas atividades no estado do Maranhão, buscou-se o diálogo com pessoas-chaves e suas entidades/movimentos, que já desenvolvem ações que buscam informar e garantir direitos trabalhistas à terra, moradia, educação, saúde e migração, motivadas por grandes empreendimentos que estão em andamento no Brasil, que propiciam um intenso deslocamento populacional interno.

Para a realização de pesquisa-ação da realidade de migrantes paraenses e maranhenses no Suriname, estabelecemos primeiramente parceria com a SEJUDH para fornecimento de informações obtidas através do levantamento do perfil dos migrantes paraenses e maranhenses que embarcam e desembarcam para o Suriname no aeroporto internacional de Belém. Através desta pesquisa confirmamos os dados referentes à naturalidade dos viajantes, que em sua grande maioria eram do Maranhão. Este indicador foi crucial para que estabelecêssemos parcerias nas localidades identificadas no diagnóstico, bem como realizássemos entrevistas com mulheres migrantes que residem no Suriname.

Para garantia de sustentabilidade financeira, a parceria firmada com o Ministério da Justiça e com o UNODC, subsidiou os custos das atividades para a realização do projeto.

### 2.1.6 Ações de prevenção ao tráfico de pessoas

Para a realização das ações de prevenção ao tráfico de pessoas, articulamos com os espaços parceiros da SODIREITOS nos distritos de Icoaraci e Outeiro em Belém-PA, bem como povoados do município de Lago da Pedra-MA identificado na pesquisa realizada no aeroporto internacional de Belém pelo PAAHM como o município de maior incidência de viajantes para o Suriname e Guiana Francesa.

Realizou-se nos territórios do projeto oficinas sobre migração segura e tráfico de pessoas, através de dinâmicas de grupo e outras atividades. Através das oficinas, fortalecemos o debate sobre Direitos humanos, em especial direitos migratórios e sexuais, bem como, identificou-se fluxos migratórios a partir da dinâmica denominada de linha do tempo, na qual, cada participante das oficinas desenhava em um papel A4 as datas e os locais para os quais já havia viajado, e posteriormente apresentava ao restante do grupo. Através desta dinâmica conseguiu-se de fato obter um fluxo migratório das localidades para o Suriname e observou-se comunidades de diásporas (pai, mãe, filhos, vizinhos e amigos) que viajam a partir de contatos estabelecidos e formam comunidades de diásporas paraenses e maranhenses no Suriname.

### 2.1.7 Monitoramento e avaliação

Para a realização do monitoramento e avaliação, a equipe técnica e de apoio se reunia a cada etapa realizada para avaliar os avanços e entraves enfrentados, bem como possíveis adequações para que o projeto pudesse prosseguir com êxito, como, a realização de atividades em Icoaraci e Outeiro em horários viáveis para a participação do público-alvo.

Outro fator importante para avaliação do projeto deu-se em conversas com as lideranças comunitárias e representantes de organizações parceiras para obtenção de retorno quanto à atividade realizada e também sugestões para o aprimoramento, observando com esta estratégia territorialidade, ou seja, levar em consideração aspectos importantes relacionados ao cotidiano de cada localidade que o projeto atuou, vislumbrando com isso o sucesso das ações de prevenção ao tráfico de pessoas.

### 2.1.8 Instrumentos e produtos

Um dos ganhos obtidos deu-se a partir da contribuição dos conteúdos de informações geradas a partir das oficinas em Icoaraci, Outeiro em Belém e no Maranhão, assim como, as entrevistas com migrantes brasileiras que residem atualmente no Suriname, tais informações são cruciais para consolidarmos futuramente materiais informativos que visualizem as especificidades territoriais das localidades em que o projeto atuou.

Também auxiliamos a construção do roteiro de entrevistas para ser aplicado na pesquisa "Migração transnacional: a realidade dos migrantes dos estados do Pará e Maranhão que viajam para o Suriname e Guiana Francesa no decorrer dos meses de junho a setembro de 2014" realizada pelo PAAHM no aeroporto internacional de Belém. Tal pesquisa foi imprescindível pela construção de conhecimento e conseguiu ter uma atuação de intercâmbio de conhecimento necessário para o avanço do diagnóstico em relação ao atual contexto da migração e tráfico de pessoas nos estados do Pará e Maranhão, para o Suriname.

Como produto, também obtivemos a proposta da organização do Fórum de Direitos Humanos de Icoaraci e Outeiro como instância de debate em relação à discussão de direitos migratórios nos distritos.

### 2.1.9 Estratégias de implantação

A atuação com os parceiros foi fundamental para a execução do projeto, principalmente com as lideranças comunitárias. Por ter sido o projeto de pouca duração e com recurso limitado, concentramos nossas ações na formação de multiplicadores que pudessem multiplicar os temas migração segura e tráfico de pessoas nas comunidades de atuação do projeto.

O envolvimento partiu primeiramente de uma sensibilização dos parceiros para que pudessem ter o entendimento da atual realidade preocupante acerca de casos de migração insegura e tráfico de pessoas identificados durante a pesquisa. A partir do envolvimento, foi possível identificar a formação de líderes comprometidos com o enfrentamento ao tráfico de pessoas nas localidades em que se concentraram o projeto.

Infelizmente a equipe técnica foi reduzida para o projeto, porém o projeto contou com a contratação de duas pesquisadoras e articuladoras, do grupo de mulheres e movimentos, assim como, de colaboradores. Conseguiu-se obter recursos humanos alinhados com o tema proposto pelo projeto, sem dúvida isso foi importante e demonstrou a capacidade de desenvolvimento das temáticas relacionadas ao contexto migratório e tráfico de pessoas, tão essenciais para as ações de prevenção às violações de direitos humanos.

### 3. Descrição da experiência de prevenção ao tráfico de pessoas

As atividades do projeto iniciaram em agosto de 2014. Foram realizadas seis oficinas sobre migração e tráfico de pessoas em Icoaraci e Outeiro, sendo três em cada localidade. As oficinas foram realizadas em dois dias, abrangendo quatro equipamentos comunitários, sendo duas oficinas respectivamente na comunidade do Riso, duas na comunidade de Água Boa em Outeiro, uma na comunidade da agulha em Icoaraci e no CRAS de Icoaraci tivemos apenas um encontro.

Tabela 3: Número nas oficinas e participantes

Comunidade	Nº de oficinas	Nº de participantes
Parque Guajará- Riso	02	20
Agulha	01	16
CRAS- Icoaraci	01	34
Fórum das Ilhas	01	15
Reunião com lideranças comunitárias	01	10
Comunidade de Sindô	01	10
<b>Total de participantes</b>	<b>06</b>	<b>95</b>

Fonte: Projeto diásporas no enfrentamento ao tráfico de pessoas entre Brasil e o Suriname, Ago. a Dez. de 2014.

#### • Oficinas sobre migração- Comunidade do Riso

A primeira oficina ocorreu entre os dias 19 e 26 de setembro de 2014 na comunidade do Riso, em Icoaraci, localizada no bairro Parque Guajará. A comunidade foi escolhida a partir da atuação do Projeto SODIREITOS Direitos & Comunidades entre os anos de 2009 e 2011 na localidade, pelo qual formou-se com o projeto multiplicadores na comunidade que passaram a atuar nos mais diferentes espaços (CRAS, Programa Saúde da Família e Escolas) na disseminação de direitos sexuais e migratórios.

A oficina contou com a presença de dez pessoas nos dias 16, 10 e 26 de Setembro. Obedecemos à metodologia traçada pela equipe técnica do projeto, porém deixamos o andamento dos dois dias de oficina transcorrer conforme o grupo e percebemos o grau de protagonismo que os participantes apresentavam, pois propuseram mudanças essenciais e evidenciaram aspectos até então não identificados em trabalhos anteriores da SODIREITOS. Percebeu-se durante a atividade de descrição da linha do tempo de migração de cada participante contextos contraditórios e que se entrelaçam em torno de objetivos que impulsionaram a migração.

As temáticas em torno do universo migratório e sobre o tráfico de pessoas evidenciou experiências que se cruzam. De um lado observou-se relatos de pessoas que viram na migração a oportunidade de se obter melhor condição de vida e obtiveram êxito com a migração, mas também muitos relatos de sofrimento, na qual, sonhos foram adiados pela dor de ver a transformação de suas perspectivas de futuro em pesadelos. Este universo foi retratado com muita maturidade pelos participantes que destacaram que na comunidade do Riso, infelizmente já acompanharam muitos casos de tráficos de pessoas. Duas realidades chamaram a atenção da equipe, pois demonstrou outras formas de finalidade em relação ao tráfico de pessoas, ou seja, os casos expostos não se resumiam somente a exploração sexual, mas também existiam casos de adolescentes que tinham o sonho de se tornar jogadores de futebol e que acabaram sendo obrigados a "mendigar" pelas ruas de São Paulo (SP) e de trabalhadores recrutados para atuar na extração do ouro em garimpos no Suriname e acabaram mortos devido a situação de exploração que vivenciaram.

A partir da conscientização acerca de direitos migratórios com questionamentos "os direitos acabam com as fronteiras nacionais e internacionais?", "Alguém tem o direito de violar meus direitos?", "quando acaba os meus direitos?", entre outras perguntas. Este diálogo permitiu desmitificar posicionamentos errôneos em relação, por exemplo, a "naturalidade" que algumas pessoas têm em naturalizar a violação de direitos de migrantes irregulares em um determinado território, alegando que seria tolerável que tais migrantes não tivessem garantidos seus direitos, principalmente por o considerarem criminosos por violar a legislação do país em que se encontra. Enfatizamos o caráter universal dos Direitos Humanos, no qual, ninguém poderá ter seus direitos violados, dado o seu caráter inalienável, ou seja, são intransferíveis, pertencendo a cada pessoa.

Outra questão que buscamos dialogar para esclarecer refere-se ao consentimento da vítima ao tráfico de pessoas, isto é, muitas pessoas que foram vítimas deste crime acabam sendo responsabilizadas individualmente pelo que vivenciou. Quanto ao consentimento, as leis nacionais não são bem claras sobre este ponto e, ainda que sejam, sua aplicação efetiva pelos agentes responsáveis está permeada de juízos de valores moralistas e discriminatórios, que muitas vezes criminalizam as vítimas.

O processo de vitimização perpassa a questão do consentimento pela construção social do que é ser vítima, deste modo, parece haver vários tipos de vitimização, que correspondem a diferentes vítimas:

- O primeiro nível corresponde à total coerção: em que as vítimas são raptadas.
- O segundo nível diz respeito às mulheres que foram enganadas com promessas de emprego que não a prostituição.
- O terceiro nível refere-se a um nível de engano, em que as mulheres sabem que vão trabalhar na indústria do sexo, mas não na prostituição.
- O quarto nível de vitimização, concerne a mulheres que, antes da sua partida, sabiam já que iam trabalhar como prostitutas, mas que desconheciam até que ponto iam ser controladas, intimidadas, endividadas e exploradas. (Aqui se enquadra muita das realidades do Tráfico de Pessoas na Amazônia).

Cada aspecto desse foi destacado durante a oficina, e no decorrer do bate papo buscamos refletir a partir do Protocolo de Palermo em seu art. 3º que conceitua o tráfico de pessoas como sendo o:

O recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso de força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos, ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra, para fins de exploração. A exploração inclui, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, os trabalhos ou serviços forçados, escravidão ou práticas similares à escravidão, a servidão ou a remoção de órgãos". (Decreto n. 5.017 de 12 e março de 2004. Grifos nossos).

Ainda destacamos a Alínea b do Protocolo, na qual: O consentimento dado pela vítima de tráfico de pessoas tendo em vista qualquer tipo de exploração descrito na alínea a do presente artigo, deverá ser considerado irrelevante se tiver sido utilizado qualquer um dos meios referidos na alínea. Com base nesses aspectos buscamos descaracterizar o processo de responsabilização individual da vítima, foi possível perceber o confronto de opiniões pautadas em juízos de valores e que passaram a partir da oficina a serem desmistificadas.

Percebeu-se durante os dois dias da oficina que o processo de migração possui aspectos positivos e negativos, a maioria das respostas quanto aos pontos positivos são alicerçados a melhoria da qualidade de vida, conhecimento sobre outra localidade, assim como, a formação dos laços familiares constituídos do decorrer do processo migratório. Quanto aos aspectos negativos a separação dos familiares aparece como unanimidade, na qual, a ruptura com o contexto de origem impõe a convivência com a saudade e a insegurança de não se ter uma referência de proteção primária.

Finalizamos a oficina deixando para o grupo a tarefa de pesquisar sobre informações que eles consideravam relevantes no enfrentamento ao tráfico de pessoas na comunidade do Riso, bem como, estratégias de disseminação dessas informações para serem apresentadas durante o seminário final de socialização dos resultados do projeto.

Quadro 1: Síntese das experiências de migração vivenciada por alguns dos participantes

Fonte: Projeto Diásporas no enfrentamento ao tráfico de pessoas (Setembro de 2014)

Participante	Como gosta de ser chamada	Apresentação	Trajetória
Lindalva	LICA	Agente de saúde há 14 anos; Agente da Pastoral da Criança e Pastoral do Idoso e responsável pela liturgia na Igreja católica da comunidade; tem dois filhos (um menino de 13 anos e uma menina de 8 anos); tem 40 anos de idade, tem um companheiro mas não é casada.	Nasceu em Bebedizer, seu pai eram caseiros em uma fazenda. Com a separação dos pais, a mãe veio ser caseira de uma família no Tapaná. Conseguiram comprar uma casa em Águas Negras e depois mudaram pro Riso (Icoaraci). Suas viagens sempre foram para Marajó (comunidade Pingo d'água) para lazer/festas.
Milene	Milene	E agente da Pastoral da Criança; tem 29 anos.	Nasceu em Icoaraci, morou em Bragança quando a mãe se separou do marido. A mãe e seus avós maternos são de Bragança. Seu pai é de Igarapé-Mirim (Porto Seguro). Um irmão e a mãe migraram pro Suriname para trabalhar nos garimpos com um tio que tinha máquinas de tirar ouro. O irmão ganhava e a mãe trabalhou como cozinheira nos garimpos por 02 anos (2006 à 2008). A mãe veio embora depois da morte do tio em um acidente. Ao transportar dois motores para o garimpo o veículo que ele dirigia capotou. O irmão se casou e ficou no Suriname com uma maranhense que já morava lá. Há dois anos o irmão e a esposa foram morar no Mato Grosso do Sul. Há um ano ela não tem notícia do irmão.
Ana	Ana Reis	E agente do pastoral da criança; tem 50 anos de idade; três filhos adultos (um homem de 33 anos e casado; duas filhas de 31 anos gêmeas)	Positivo: A mãe conseguiu comprar uma boa casa onde mora hoje (Bragança). Negativo: a família está separada e a morte do tio.
Camina	Camina	E maranhense, tem 72 anos, casou aos 23 anos e tem 10 filhos que criou sozinha, pois seu marido foi embora, mora no Pará há 40 anos.	Morou em São Paulo, no bairro de Franco da Rocha porque o marido foi procurar emprego. Não se adaptou e fugiu de casa, pois o marido não queria que ela voltasse; deixou os filhos e foi depois busca-los. Oficializada a separação os filhos ficaram com ela. Quando migrou já tinha um filho que na separação preferiu ficar com o pai. Positivo da experiência: conheceu outro lugar e o nascimento das filhas gêmeas em São Paulo. Negativo: Não gostou de ficar longe da sua família (mãe pai e irmãos)
Raimunda Leal Samento	Ray	E agente de saúde; agente da Pastoral da Criança há 18 anos; tem 48 anos; 3 filhos homens e 6 netos; já participou de oficinas da SODIREITOS.	O marido era motorista de empilhadeira e viajava a pra onde a empresa tinha obra. Ele viajava e deixava a família pra trás. Ela organizava os filhos e ia atrás dele. Assim morou em Marabá, Tucuruí, Icoaraci até que se separaram definitivamente. Positivo: os 10 filhos. Negativo: sabe que vai morrer sempre só. Mudou-se várias vezes em função do trabalho do esposo que atuava em diversos municípios. Morou em vários municípios do Pará. Positivo: acompanhar seu esposo e conhecer outras localidades Negativo: ter que se mudar constantemente prejudicando a educação de seus filhos.

### **• Oficina sobre migração e tráfico de pessoas no Centro de Referência da Assistência Social CRAS- Icoaraci**

Realizada no dia 06 de outubro de 2014 a roda de conversa que contou com a participação de 34 pessoas, na qual, um diálogo sobre migração segura e tráfico de pessoas foi realizado. A parceria com o CRAS Icoaraci tornou-se estratégica por ser um espaço de referência no distrito e com importante capilaridade.

É importante também salientar conforme Sposati (2009) que a política de Assistência Social se alinha à política de Direitos Humanos na defesa da vida tanto na proteção quanto nas modalidades de violações de direitos. Buscando através de ações planejadas do enfrentamento ao isolamento, ou seja, a ruptura, abandono, nas expressões de violência e desagregação "[...] a centralidade é a convivência em todas suas expressões de pertencimento desde o núcleo familiar a construção da reciprocidade de afetos, cuidados, valores, cultura até socializantes e socializadores [...]" (SPOSATI, 2009, p. 25". Partindo desta análise, a proposta de fortalecimento de diásporas para o enfrentamento ao tráfico de pessoas ao firmar articulação com o CRAS Icoaraci, equipamento primordial de execução da política de Assistência Social, possibilitou a disseminação de informações sobre migração segura, prevenção ao tráfico de pessoas e socialização de canais de denúncia e de auxílio.

A oficina foi importante para elucidar aspectos não compreendidos pelos participantes como a diferença sobre deportação, migração irregular, onde procurar ajuda quando alguém desaparece no exterior, entre outras questões trabalhadas durante a oficina. A metodologia traçada para a atividade foi adaptada conforme o número considerável de participantes, porém, apesar do ambiente ser aberto e com muitas pessoas, foi possível estabelecer diálogo e esclarecer dúvidas.

### **• Oficinas sobre migração e tráfico de pessoas com pessoas e lideranças das comunidades de Outeiro**

O Distrito de Outeiro é um dos oito Distritos de Belém. Originalmente é denominado Ilha de Caratateua, distante do centro de Belém cerca de 25 km é uma região balneária composta por praias de água doce (Brasília, Prainha, Grande, Amor, Ponta do Barro Branco, Água Boa) e balneários Paraíso dos reis (no bairro São José do Outeiro) e Curupeté (no bairro Água Cristalina). É habitada por aproximadamente 90.000 mil habitantes e está ligada à Belém pelo transporte alternativo e por linhas de ônibus.

Sua principal fonte de renda vem do turismo. Identificado pelo censo 2010 como sendo uma das áreas de onde mais saem brasileiros para o Suriname.

O grupo que participou das duas oficinas demonstrou bastante propriedade com o conhecimento da realidade do tráfico de pessoas no distrito, assim como, a representante do Centro Comunitário dos Moradores de Água Boa demonstrou ser uma referência na comunidade, pois, ao chegarmos com o equipamento a mesma estava envolvida em um conflito de moradores sobre a questão de habitações irregulares. Desta forma, observamos que talvez a atividade pudesse ter sido inviabilizada, porém a responsável pelo centro mobilizou algumas mulheres por telefone e até mesmo pessoalmente para participarem da oficina.

Destacamos que as mulheres que participaram da oficina demonstraram pro-atividade e contribuíram com informações importantes.

É importante ressaltar, que a roda de conversa teve como principal foco sensibilizar, identificar, compreender o processo migratório, por meio das experiências vivenciadas por cada um(a) ou por histórias contadas. Posteriormente, grupo foi levado a uma reflexão correlacionando os aspectos do tráfico humano e migração.

Esta roda de conversa contou com a participação de Marcel Hazeu (SODIREITOS), Elisângela (consultora do Ministério da Justiça) e Betânia (Grupo de Mulheres em Movimento) que com seu depoimento abriu a discussão no grupo e os preconceitos foram expostos.

Diversos aspectos foram levantados, dentre eles a situação de jovens homossexuais que são recrutados para a exploração sexual em São Paulo. Enfatizaram que enquanto uns voltam com muitos traumas biopsicossociais, outros infelizmente são assassinados deixando as famílias abaladas emocionalmente.

Segundamente, realizou-se dinâmica de grupo na qual utilizou-se balão e barbante amarrados a cintura, tendo cada qual que proteger seu balão de um "aliciador". Essa atividade permitiu ao grupo de interagir e refletir sobre o quão vulnerável estamos ao aliciamento. Durante a atividade, foram relatadas a realidade de 15 travestis de outeiro, sendo que dois foram assassinados e outros conseguiram retornar. Durante o Bate papo vários aspectos foram levantados, sendo que três causaram polêmica no grupo: os relacionados à Prostituição, as vítimas que se tornam aliciadoras e o preconceito em relação ao público LGBT.

Em se tratando da prostituição, a partir da fala da representante do grupo de Mulheres em movimento que enfatizou ter decidido se prostituir no Suriname por falta de oportunidade em Belém, levantou-se falas preconceituosas, como, "qualquer pessoa pode ter uma peça de roupa para lavar e ganhar dinheiro". As pessoas alegavam que o motivo para ingressar na prostituição não poderia ser justificado pela ausência de oportunidade. A partir desta polêmica, Marcel Hazeu pesquisador voluntário da SODIREITOS, refletiu sobre a necessidade de obter uma postura respeitável em relação às diversas maneiras de trabalho.

Outro aspecto relevante a ser destacado refere-se à situação de vulnerabilidade em que muitas mulheres em situação de tráfico se encontram e que pode ser um fator que contribui para este crime, haja vista que existe uma demanda de mulheres socialmente excluídas sem acesso a bens e serviços essenciais para o exercício da cidadania. Neste aspecto, também observamos os posicionamentos dos participantes pautados em juízos de valores, da mesma maneira que procedemos na comunidade do Riso, anterior a de Outeiro, também buscamos desmistificar este cenário.

• **Prevenção ao tráfico de pessoas no Maranhão: comunidades de Bacabal e Lago da pedra fortalecidas para uma migração segura**

Em consonância com o objetivo específico 4 do projeto que delimita "Identificar e articular representantes de organizações e famílias nos municípios maranhenses da diáspora maranhense no Suriname". Estabelecemos contatos por internet e telefone, além de uma visita de intercâmbio na região oeste do Maranhão que foi realizada pela equipe da SODIREITOS, ao município de Lago da Pedra, no Maranhão, para a construção de redes com garimpeiros/as ou seus familiares, a partir de diálogos individuais e coletivos, buscando analisar sua dinâmica em rede e potencialidades para fortalecimento de garantia de direitos de migrantes através das diásporas do Maranhão.

A visita se deu no período de 28/10 à 02/11/2014 e contamos com apoio do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Lago da Pedra (STTR).

O Maranhão é o segundo maior estado do Nordeste, depois da Bahia, localizado na porção mais setentrional da região, numa área de transição com a Amazônia (Figura 1), que se manifesta numa grande diversidade de ecossistemas, constituindo um dos estados mais dinâmicos, mas também de maiores carências sociais do Brasil (FIEMA, 2009).

O Estado apresenta uma extensão territorial de 331.983 km<sup>2</sup> e está localizado entre os paralelos 1°01' e 10°21' sul e os meridianos 41°48' e 48°50' oeste (SEMA-PPCDMA,2011)



Figura1. Mapa do Estado do Maranhão (GUIANET, 2011).

Tabela 1- População total, homens, mulheres, população urbana e rural no Maranhão em 2010.

Contingente	Total de Pessoas
Total da população	6.569.683
Total de homens	3.258.860
Total de mulheres	3.310.823
Total da população urbana	4.143.728

Fonte: IBGE, 2010. Primeiros Resultados do Censo.

Apesar de 2/3 da população ser urbana, a taxa de analfabetismo da população maranhense com 15 anos de idade e mais, reduziu de 23,4%, em 2000, para 19,26%, em 2007, posicionando o estado em situação ligeiramente melhor que a média regional e em quarto lugar dentre os estados do Nordeste – mas bem acima da média nacional de 10% (FIEMA, 2010).

E em comparação com a população rural e as dimensões territoriais do estado, conta-se forte concentração de terras. Em seu livro Terra, Trabalho e Poder – conflitos e lutas sociais no Maranhão contemporâneo, o pesquisador Marcelo Carneiro faz um balanço dos últimos quarenta anos sobre a realidade da estrutura agrária e relação de trabalho no campo maranhense e constata:

A concentração fundiária é outro aspecto importante desse modelo de desenvolvimento, pois o tipo de atividade incentivada (pecuária, soja, cana-de-açúcar, plantações florestais) é fortemente exigente em recursos fundiários impactando negativamente na distribuição da posse e da propriedade da terra. O resultado dessa situação é o fato de o Maranhão possuir um elevado índice de Gini – 0,866 no censo agropecuário de 2006 – de concentração fundiária, superior ao da região Nordeste e do conjunto de federação. (Citando Hoffmann, 2010).

E, reconhecendo que é a partir desse modelo que se apresentam as oportunidades de trabalho para a população, afirma:

Uma das características do agronegócio maranhense é a geração de um número relativamente pequeno de empregos permanentes e de um grande número de assalariados temporários (carvoeiros, catadores de raízes, trabalhadores da juquira etc.). por conta desse elevado nível de informalidade, é justamente na atividade pecuária que se concentra o maior número de denúncia e do resgate – realizado por equipe do Ministério do Trabalho e da Delegacia Regional do Trabalho – de pessoas em situações tipificadas de trabalho escravo(citando Maura. 2008).

Ao analisar essa estrutura de emprego e ocupação, vislumbra:

Contudo, apesar desse cenário adverso para a agricultura familiar, um dado que se destaca, quando analisamos a estrutura do emprego e da ocupação na economia maranhense, é o da importância do trabalho agrícola não assalariado, que caracteriza a chamada agricultura camponesa ou familiar. Apesar dessa importância estar diminuindo ao longo dos anos, os dados da Pesquisa Nacional por amostragem de Domicílio(PNAD) de 2009 mostram que o trabalho agrícola ainda é o principal responsável pela ocupação das pessoas maiores de 10 anos no estado do Maranhão (CARNEIRO. 2013).

É nesse contexto que estão as famílias de garimpeiros que migram da região onde desenvolvemos as ações do projeto, na região do Pindaré, no município de lago da pedra e que segundo PEDROSA relata, as regiões do Pindaré e do Mearim foram ocupadas na década de 50 e 60 e foram sacudidas por uma luta sem trégua entre pecuaristas e os posseiros que plantavam seus roçados familiares. Essas regiões recebiam o fluxo migratório de camponeses expulsos das regiões de colonização antiga e de outros estados do Nordeste, nas quais se fazia mais violenta a pressão por pagamento da renda e do foro. E Almeida, 1975 afirma:

Foi para "ordenar" a ocupação de novas regiões que os governos resolveu criar projetos de colonização que objetivavam assentar grandes quantidades de famílias camponesas na região centro-oeste do /Estado, englobando parte dos municípios de Grajaú, Lago da Pedra, Vitorino Freire, Pindaré-Mirim, Santa Luzia e Amarante do Maranhão, bem como os projetos de colonização de Barro do Corda e a Colone – Companhia de Colonização do Nordeste (ALMEIDA.1975).

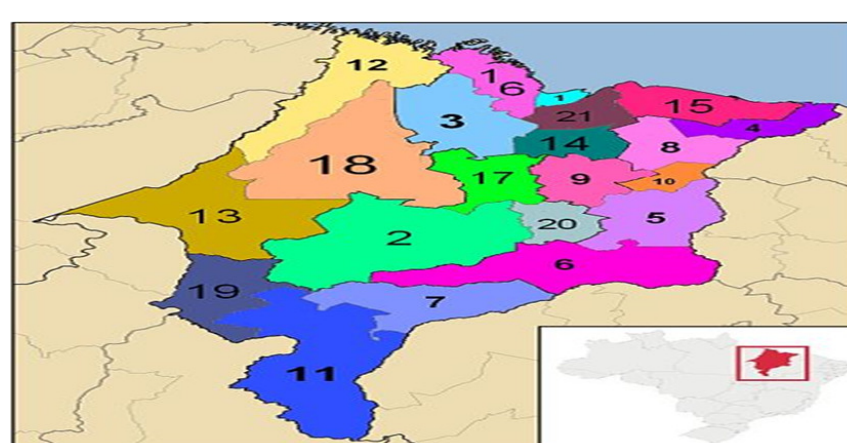


Figura 3: Microrregião do Pindaré, Maranhão-MA.

Fonte: Wikipédia, modificado sodireitos com destaque a microrregião do Pindaré

## • Histórico de Lago da Pedra.

Primitivamente habitado por indígenas, a região teve seu povoamento iniciado em 1929, com a chegada dos lavradores Rosendo Rodrigues da Silva, José Antonio Torres, Luciando Rodrigues, José e João Melquiades, Jose João da Costa e outras, que se fixaram à margem de um lago. Ali encontraram uma pedra de amolar deixada pelos silvícolas, surgindo o nome de Lago da Pedra.

O Potencial da região não tardou a ser detectado, através da produção obtida nas primeiras safras, ocorrendo uma grande movimentação de imigrantes que transformaram a povoação, dando-lhes certa importância demográfica e comercial. A comunicação com os municípios vizinhos, por estradas abertas, também influenciou o progresso do lugar.

Vinte três anos depois de iniciado e desbravado, a povoação alcançou sua autonomia. Elevado à categoria de município com a denominação de Lago da Pedra, pela lei estadual nº 776, de 02-10-1952, desmembrado de Vitoria do Mearim e Bacabal (IBGE,2010).

Tabela 1- População total, homens, mulheres, população urbana e rural no Maranhão em 2010.

Contingente	Total de Pessoas
Total da população	6.569.683
Total de homens	3.258.860
Total de mulheres	3.310.823
Total da população urbana	4.143.728

Fonte: IBGE, 2010. Primeiros Resultados do Censo.

O Gráfico abaixo, apresentado em site da enciclopédia aberta Wikipédia, no dia 29 de outubro de 2014, demonstra que a população vem decrescendo continuamente e atribui esse fenômeno a migração:

A perceptível redução no número de habitantes notada entre 1996 e 2000 se explica majoritariamente pela evasão da população em função de novas oportunidades de vida originadas ou nos municípios próximos ou em grandes centros urbanos, tendo constituído um fluxo migratório intenso a São Luís, São Paulo e regiões mineradoras distribuídas por Mato Grosso, Pará e Planalto das Guianas. (Fonte: Wikipédia).

Nas entrevistas e durante as oficinas esse fenômeno foi colocado pelos participantes como estratégia de capitalização das famílias que não tem terra ou pela falta de recurso para investir nas terras que alguns possuem. A migração para outros estados brasileiros está diretamente ligada à oferta de ocupações na construção civil ou ligadas ao agronegócio (soja, eucalipto, cana e gado) e associadas à queda na produção dos garimpos no Suriname e Guiana Francesa ou intensificação nas restrições impostas por esses países ao acesso de brasileiros aos seus territórios.

### Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM

IDHM 2010	0,589
IDHM 2000	0,430
IDHM 1991	0,310

Fonte: Atlas Brasil 2013 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Lago da Pedra está localizado a aproximadamente 680 km de Belém (PA), onde se chega de ônibus até bacabal (9 horas de viagem) pela Rodovia BR 316 e desloca-se de van até Lago da Pedra que fica a 45 km pela rodovia estadual MA 245.

A rede articulada para o desenvolvimento das ações do projeto no Maranhão, como já citamos, se deu com pessoas ligadas a pesquisa ou movimentos sociais que atuam junto à população rural da região do Pindaré, onde estão localizados o município de Lago da Pedra e o Povoado Sindô I, que nos subsidiaram com textos e seus relatos das experiências por eles vivenciadas, permitindo assim um melhor entendimento sobre a realidade do estado, do município e do povoado onde atuávamos. Confirmando também, analise que já fazíamos a partir dos dados de migração do censo 2010 do IBGE e da pesquisa sobre o perfil do migrante no aeroporto internacional de Belém, realizada pelo Posto de Atendimento da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do estado do Pará que apontaram o município de lago da Pedra o município com maior incidência de migração para o Suriname.

De acordo com os dados repassados pela SEJUDH referentes à pesquisa sobre o perfil de migrantes que embarcam e desembarcam do Suriname e Guiana Francesa, do total de 138 viajantes entrevistados, 75 durante o embarque e 63 no desembarque, percebeu-se que neste universo do total de entrevistados, 76 eram naturais do estado do Maranhão, 44 de Belém - PA e 18 de outros estados. Por ser a pesquisa-ação focada nos migrantes do estado do Maranhão, segue a especificação em tabela dos dados socializados das localidades de maior incidência dos entrevistados no aeroporto internacional de Belém:

Tabela 4: Municípios de naturalidade dos viajantes que embarcaram e desembarcaram do Suriname e Guiana Francesa no aeroporto internacional de Belém nos meses de Junho a Setembro de 2014

Estado	Total por estado	Município de naturalidade	Embarque / Desembarque		Total por municípios
			Nº de viajantes	Nº de viajantes	
Maranhão-MA	76	Paulo Ramos	1	1	2
		São Luiz	1	3	4
		Imperatriz	1	--	1
		Lago da Pedra	7	5	12
		Paulo Ramos	1	--	1
		Colinas	2	--	2
		Timbiras	1	--	1
		Vargem Grande	1	--	1
		Amarantes	2	--	2
		Senador do Roque	1	--	1
		Itinga	1	--	1
		Mirador	1	--	1
		Barra da Corda	2	--	2
		Mata Roma	1	--	1
		Codó	3	--	3
		Brejo de Areia	1	--	1
		São bento	1	--	1
		Altamira do Maranhão	1	2	3
		João Lisboa	1	--	1
		Itaipava do Grajaú	3	--	3
		Presidente Dutra	1	1	2
		Maranhãozinho	1	--	1
		Santa Quitéria	1	--	1
		Arame	1	--	1
		Bom Jardim	1	2	3
		Rosário	1	--	1
		Bacabal	--	2	2
		Matos do norte	--	1	1
		Santa Luzia	--	3	3
		Itapecuru	--	1	1
		Pedreiras	--	1	1
		Sembaú Tutum	--	1	1
		Turiaçu	--	1	1
		Vitorino Freitas	--	1	1
		Imperatriz	--	1	1
		Maragaçuera	--	1	1
		Chapadinha	--	1	1
		Brejo de Anapuri	--	1	1
		Vargem Grande	--	1	1
		São João do Carú	--	1	1
		Boritzinho	--	1	1
		Não especificou o município	5	--	5
<b>TOTAL</b>		<b>42 Municípios</b>	<b>44</b>	<b>32</b>	<b>76</b>

Fonte: SEJUDH/PAAHM, Junho e Setembro de 2014

Na articulação com representantes do STTR de Lago da Pedra foi de fundamental importância a colaboração do representante do MST, que é professor em um assentamento no município de Lagoa Grande, que antes era um povoado de lago da Pedra e por onde se chega pela rodovia MA 245 que interliga esses dois municípios, passando pelo povoado de SindôI.

A partir de telefonemas e trocas de e-mails com o Sr. Ricardo, presidente o STTR de Lago da Pedra. Primeiramente no dia 28/10/2014 realizou uma reunião com representantes do STTR para apresentação do projeto e organização da agenda de trabalho no Povoado Sindô I e entrevistas com garimpeiros e famílias de garimpeiros que estão para o Suriname e Guiana Francesa. No dia seguinte (29/10) viajamos para o povoado Sindô I há 45 km da sede do município de Lago da Pedra para a realização das oficinas preventivas sobre migração e tráfico de pessoas.

Para amadurecer melhor a discussão em torno da realidade migratória na região nos reunimos no dia 30/10 com o presidente do STTR Ricardo Francisco de Abreu para organização das visitas às famílias de garimpeiros para participação das atividades do projeto na localidade no dia 31/10.

**• Oficina de prevenção ao tráfico de pessoas no povoado de Sindô I - Lago da Pedra**

O povoado Sindô I, com 238 famílias soma, mais ou menos, um total de 810 pessoas entre crianças e adultos.

A escolha desse povoado foi dialogada com a direção do STTR de Lago da Pedra que enfatizou as dificuldades vivenciadas por seus moradores, na maioria trabalhadores rurais sem-terra. A distância da sede do município e sua dependência na estratégia de migração temporária na busca de ocupação em outros estados do Brasil ou em garimpos de outros países. O Sr. Raimundo, presidente da Associação do Projeto de Assentamento Bom Sucesso, mobilizou os garimpeiros que estavam no povoado para participarem da oficina do projeto. Os participantes definiram que a oficina seria à noite, pois a maioria deles estão trabalhando na empresa que está construindo a estrada ente a sede o município de Lago da Pedra ao município de Lagoa Grande.

Realizamos entrevistas individuais gravadas com dois garimpeiros: Francisco das Chagas e Francisco Lima Rodrigues

Migrantes: Trabalhadores/as Rurais Sindô I

Contato no Suriname

Esquema: fluxo de diásporas em Lago da Pedra para o Suriname



Fonte: Projeto diásporas no enfrentamento ao tráfico de pessoas entre Brasil e o Suriname, Ago. a Dez. de 2014.

Os migrantes do Povoado Sindô I (em Lago da Pedra) se deslocam para a sede do município que fica localizado há 45 km, Segundo informação do presidente do sindicato, este é o povoado mais distante, mas saem garimpeiros de todos os povoados deste município. O transporte é feito por carros particulares (lotação) ou caminhões (Pau de Arara). Da sede de Lago da Pedra utiliza-se de Vans como transporte até o Terminal Rodoviário do município de Bacabal e posteriormente viajam para Belém através de linhas comerciais das empresas de transportes interestaduais.

Ao chegarem em Belém, dirigem-se, na sua maioria, para hotéis indicado por outros garimpeiros que já migraram e deste para o aeroporto Internacional, onde embarcam para o Suriname e outros para a Guiana Francesa.

Acerca do recrutamento realizado de garimpeiros para os garimpos do Suriname e Guiana Francesa, este processo é feito por proprietários de máquinas, na sua maioria brasileiros que já se estabeleceram nos garimpos do Suriname. As informações de possíveis "vagas" chegam por garimpeiros quando ligam do Suriname ou Guiana Francesa para falar com a família ou conhecidos (vizinhos amigos e parentes).

Identificou-se através de entrevistas e conversas com família que a organização pessoal depende de estratégias pessoais para empréstimos de recursos que vão ser utilizados na aquisição do passaporte, passagens, alimentação, hospedagens e para deixar com a família.

No Povoado Sindô I, ouvimos relatos sobre pessoas que emprestam dinheiro a juros e no centro comercial de Lago da Pedra visitamos um escritório de contabilidade<sup>1</sup> que faz o cadastro inicial, pela internet, para a retirada do passaporte nas delegacias da polícia federal de Caxias (MA), Teresina (PI) ou São Luiz (MA).

No Suriname, se hospedam em hotéis administrados ou de propriedade de brasileiros onde os proprietários de máquinas vão buscá-los e levá-los até os garimpos, onde ficam em grupos geralmente de cinco (05) garimpeiros com um acordo de 18% do ouro garimpado para o grupo. Recebem em ouro, vendem em Paramaribo, recebem uma parte em dólar e o próprio comprador do ouro transfere uma parte do dinheiro para a conta de suas famílias, em Lago da Pedra, em reais.

Quando voltam para Belém, comercializam os dólares com outros brasileiros ao desembarcarem, com taxistas do aeroporto e no hotel em que se hospedam antes da volta para o Maranhão.

Para melhor ilustrar a realidade dos migrantes de Lago da Pedra para o Suriname, organizou-se um esquema a partir da entrevista com um dos garimpeiros, sistematizada através do quadro 1:

Trabalhadores/as Rurais	Pais/Rota	Apresentação	Trajatória
Francisco 1	Suriname/ Belém	É trabalhador rural sem-terra, analfabeto, trabalha na terra de fazendeiros ou pequenos proprietários pagando renda. Não quis trabalhar na firma que está construindo a estrada. O filho está contratado por dois anos – filho é casado com a filha do Sr. Raimundo, onde realizamos a oficina.	1ª vez - Oito meses: passagem custou R\$ 1.250,00 - passaporte R\$ 500,00. Pegou dinheiro com um conhecido (Velhinho) do Povoado das Antas (Lagoa Grande) a juros de 10%, no total de R\$ 2.300,00. Pagou de juros R\$ 1.200,00 de juros. 2ª vez - ficou um mês e meio. Brigou com outro garimpeiro e veio embora porque o dono do garimpo deu razão para o outro que já trabalhava lá há três anos. Desta vez não pegou dinheiro emprestado-foi levado pelo cunhado que saiu e deu a vaga pra ele no garimpo. Não sabe o nome do garimpo – é o garimpo que fica próximo ao aeroporto. Benefício: não conseguiu comprar nada. Como a regularização do passaporte é feito a cada três meses e ele ficou oito meses dentro do mato, pagou 250 dólares (Propina) para ajustar o passaporte e embarcar sem problema para o Brasil, pois pretende ir pra Guiana Inglesa em novembro ou dezembro – está aguardando “um rapaz” que está vindo da Guiana Inglesa que vai dizer como funciona. Quem vai pra Guiana vai pra São Luiz.

É importante contextualizar a origem da relação dessas famílias do município de Lago da Pedra com a prática de garimpagem. Os mais idosos estiveram nos garimpos de Serra Pelada até o final da década de 1980, quando este garimpo foi fechado, mas até hoje eles participam de reuniões com a cooperativa que hoje é "dona" de Serra Pelada. Existe uma associação de garimpeiros de Serra Pelada, em Lago da Pedra, infelizmente o presidente estava viajando no período em que estivemos lá.

Uma segunda geração de garimpeiros na década de 1990 esteve nos garimpos de ouro de Itaituba e Castelo do Sonho, no Pará, no Garimpo do Peixoto, no Mato Grosso e nos garimpos de pedras preciosas, em Roraima.

Com a crise de Serra Pelada e um maior controle por parte do governo federal sobre esses outros garimpos, alguns garimpeiros capitalizados, migraram para o Suriname e lá se tornaram "donos de máquinas" e arremataram os demais (operadores de maquinas, cozinheiros, operários). A atual geração de garimpeiros desse município que migra para o Suriname ou Guiana francesa, já conta com essa teia de relações.

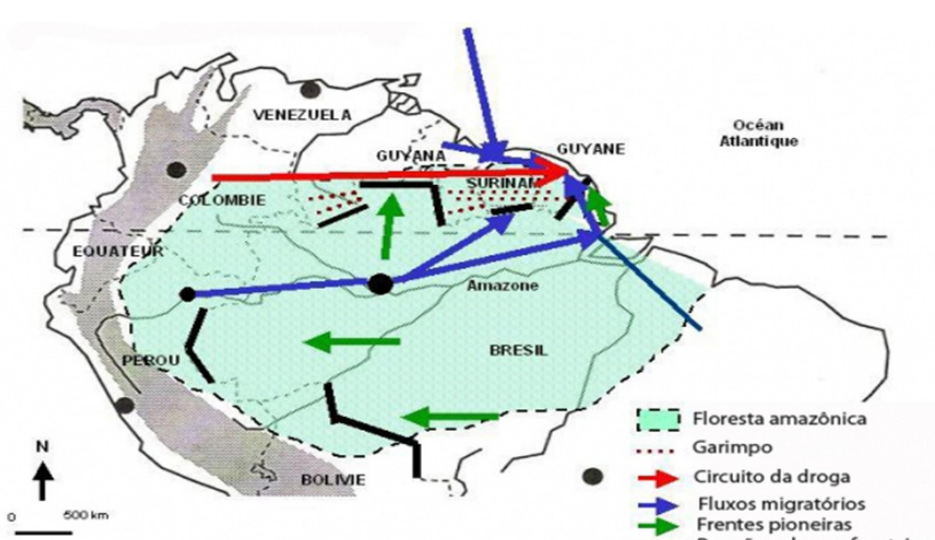
Ficando "natural" as regras dessa relação e pouco julgando ou percebendo possíveis formas de exploração sob as quais podem estar submetidos. Esta realidade, porém, ainda precisa ser melhor investigada.

Stéphane Ganger(2008), em seu artigo Guiana francesa, um território europeu e caribenho em via de "sul-americanização"? destaca esse fenômeno migratório para a Guiana francesa por garimpeiros dos países sul americanos:

Este território ainda não dominado também provoca a cobiça de milhares de garimpeiros no centro e no sul, que criam lá verdadeiras aglomerações informais equipadas de bares e lojas... Tal fenômeno também se encontra no Suriname, na Guiana, Venezuela e Colômbia, mostrando o lado teórico da soberania desses países na Amazônia, e o aspecto virtual das fronteiras.

E justifica;

Paradoxalmente, a Guiana francesa se integrou ao continente sul-americano em primeiro lugar via as atividades ilícitas (droga, contrabando, garimpo e imigração clandestina) (Mapa.3).



Mapa 3 Atividades e tráficos ilegais

Fonte: Stéphane Ganger



### **3.1 Desafios e lições aprendidas**

#### **3.1.1 Desafios:**

- Acesso às comunidades distantes de Lago da Pedra - MA, que foi viabilizado a partir das articulações com as organizações locais que já desenvolvem trabalhos na localidade;

- Diminuição do prazo para execução do projeto, antes de um ano, restringido para seis meses, inviabilizando a realização das atividades no Suriname.

#### **3.1.2 Oportunidades**

- Integração entre os territórios interestaduais em ações de enfrentamento ao tráfico de pessoas;

- Multiplicação de informações sobre migração segura e tráfico de pessoas entre as diásporas;

- Participação da construção da comissão de estudos sobre a temática migração no Comitê de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - COETRAP/PA;

#### **3.1.3 Lições aprendidas**

- Observou-se a necessidade de fortalecimento da prevenção às violações dos Direitos Humanos a partir dos fluxos de deslocamentos, sendo as diásporas de migrantes um importante mecanismo para esta garantia.

#### **3.1.4 Resultados e impactos**

- Qualitativos

-Formação de lideranças comunitárias com foco na prevenção ao tráfico de pessoas e a troca de experiência entre os atores envolvidos e a multiplicação local;

-Formação do Fórum de Direitos humanos em Icoaraci/outeiro como espaço de debate e proposições de ações locais para a prevenção ao tráfico de pessoas.

- Quantitativos

-Formação de 31 lideranças comunitárias, quatro comunidades para atuação no enfrentamento ao tráfico de pessoas;

-Pesquisa-ação entre dois estados (Pará e Maranhão), sendo um município do Maranhão e dois distritos de Belém-PA, envolvidos na pesquisa sobre fluxo migratório para o Suriname;

- No total de 95 (sendo 31 líderes comunitários) informadas sobre migração segura e tráfico de pessoas;

## **4. Continuidade e sustentabilidade do projeto**

O contexto de atuação de ONGs no Brasil encontra-se em processo de extrema fragilidade, o que consequentemente inviabiliza o desenvolvimento de muitas atividades. Ressalta-se a alta burocracia para o acesso aos recursos públicos e a diminuição nas últimas décadas da cooperação internacional que financiava projetos de defesa dos Direitos Humanos, esse contexto pode ser ou não acentuado nas regiões do Brasil. No que se refere à região norte, sem dúvida vivencia-se um momento crítico, na qual, ideologias e projetos de sociedades na luta por afirmação de direitos são comprometidos devido à dificuldade de garantir sustentabilidade financeira o que vem impactando também a atuação política.

O Projeto Diásporas no Enfrentamento ao tráfico de pessoas entre Brasil e Suriname, conseguiu de fato ser inovador e demonstrou uma realidade até então latente e que necessita de intervenção capaz de garantir direitos que possa assegurar a dignidade humana amplamente defendida pela Constituição Federal de 1988. A SODIREITOS deu continuidade do projeto, apesar da dificuldade de garantir sustentabilidade financeira, contamos atualmente com a parceria dos espaços articulados e de organizações que já desenvolvem uma excelente parceria com a ong há mais de sete anos.

## **5. Conclusões e recomendações**

O projeto em todo o momento demonstrou criatividade em agregar diagnóstico de fluxo migratório e ações de prevenção às situações de violações de direitos. Através da pesquisa do PAAHM no aeroporto, percebeu-se uma grande incidência de maranhenses (do universo de 138 entrevistados durante o embarque e desembarque, 75 eram naturais do maranhão) esse dado é importante, pois mostra uma problemática ainda latente, na qual, a Sodireitos junto com o PAAHM conseguiu evidenciar. Sendo, portanto, possível aprofundar tal análise sobre o fluxo intenso de migrantes do Maranhão para o Suriname através da pesquisa de campo em Lago da Pedra - MA.

Ressalta-se que tal dinâmica migratória se assemelha a uma modalidade de possível contrabando de migrantes, pois nos casos identificados, são pessoas na maioria oriundas de classe baixa e residente de povoados distantes pertencentes à área rural, como foi descrito. Tais migrantes obtêm dinheiro mediante pagamento de juros e recebem ajuda para tirar o passaporte, compra de passagens aéreas, passagens de interestadual até Belém, alojamento em hotéis chamados de "confiança", transporte da rodoviárias até ao aeroporto e deslocamento até o garimpo de destino.

Tal "auxílio" facilita tais migrantes a viajarem para Paramaribo (capital do Suriname) e de lá são levados para os garimpos, nos quais, são obrigados a pagar a dívida que deixam. De acordo com os relatos, os mesmos não ficam presos, porém suas famílias sofrem com a cobrança de juros e do pagamento total da dívida, obrigando os garimpeiros a retornarem em data específica, em sua maioria em três meses, quando expira o visto de turista, retornando somente para pagar a dívida e novamente viajam para o Suriname.

Outra possibilidade observada refere-se a um possível recrutamento de trabalhadores para o trabalho escravo nos garimpos. Para que pudéssemos de fato ter essa confirmação seria necessária uma visita ao Suriname, o que não foi possível no projeto, ficando como um indicativo de aprofundamento para que se possa realmente obter de fato essas informações cruciais.

Ressalta-se a importância de uma articulação no âmbito das relações internacionais, visto a necessidade de uma pactuação entre o Brasil e o Suriname para a garantia dos direitos humanos aos migrantes brasileiros na localidade. Foi possível identificar que quanto mais os países dificultam o processo migratório, mais a rede criminosa do tráfico de pessoas e traficante de migrantes se fortalece na clandestinidade.

O projeto demonstrou a necessidade de intervir a partir das dinâmicas das comunidades de diásporas e das entidades de apoio (e não segundo as regras e objetivos gerais e administrativos dos financiadores). Trabalhar com criatividade, flexibilidade, apoio recíproco e confiança em vez de seguir receitas, planilhas, cobranças e controles. Tal posicionamento crítico pauta-se no fato das inovações e intervenções precisarem de princípios, ideias e construção coletiva durante o processo.

Outra reflexão importante a ser salientada alicerça-se na necessidade de se obter uma governança capaz de agregar atores estratégicos que ultrapassam os limites de cada país, estado e município evidenciados na pesquisa. Isso é importante por ser a migração um fenômeno que une povos e compartilha culturas e saberes, sendo também importante estabelecer cooperação capaz de atender aos anseios de migrantes, que estes possam migrar, mas que o façam com segurança e tendo sua dignidade resguardada.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

Alfredo Wagner. Berno de Almeida e Laís Mourão. Questões Agrárias no Maranhão Contemporâneo. Mimeo, São Luís, 1975, p.6-7.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de ; MOURÃO, Laís . Questões Agrárias no Maranhão Contemporâneo . Pesquisa Antropológica, Brasília / DF, n.9/10, p. 1-27, 1976.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. Terra, Trabalho e Poder: Conflitos e lutas sociais no Maranhão. Pinheiros: Anablume, 2014, 180p.

STELLA, André. Plano estadual de prevenção e controle do desmatamento e queimadas no Maranhão ppcdma: produto 4 síntese do diagnóstico, matriz do plano e contribuições do processo de consulta pública para elaboração do ppcd-ma. Brasília, junho de 2011, 120p. Disponível em <<http://www.sema.ma.gov.br/pdf/Plano%20Estadual%20de%20Combate%20ao%20Desmatamento.pdf>>. Acesso em 10 jan. 2015.

GUIACIDADES. Estado do Maranhão. Disponível em <<http://www.guianet.com.br/ma/mapama.htm>>, acesso em 20 nov. 2014.

WIKIPEDIA. Lista de microrregiões de Maranhão. Disponível em <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_de\\_microrregiões\\_de\\_Maranhão](http://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_microrregiões_de_Maranhão)>, acesso em 10 jan. 2015

<http://semadema.com.br/novo/urgencia-de-missionarios/>

WIKIPEDIA. Lago da Pedra. Disponível em <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Lago\\_da\\_Pedra#Popula.C3.A7.C3.A3o](http://pt.wikipedia.org/wiki/Lago_da_Pedra#Popula.C3.A7.C3.A3o)>, acesso em 10 jan. 2015.

GANGER, Stéphane. Guiana francesa, um território europeu e caribenho em via de "sul-americanização"? Confins. Revista franco-brasileira de geografia, n. 4, 2008. 11 p. disponível em: <<http://confins.revues.org/5003>>, acesso em 20 dez. 2014.

Guiana francesa, um território europeu e caribenho em via de "sul-americanização" ? Stéphane Ganger

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

PROTOCOLADO Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças, 2000.

SORJ, Bernardo. Diáspora, Judaísmo e Teoria Social. Disponível em: <http://www.bernardosorj.com.br/pdf/diasporajudaismoeteoriasocial.pdf>. Acesso em: 12/08/2014.

SPOSATI, Aldáisa. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: Concepções e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome (MDS). Brasília- DF. Unesco, 2009.

Equipe da sodireitos: Angélica Gonçalves, Ana Paula Oliveira, Jane Silva, Shirlene Souza, Siglia Souza, Graziela Costa Lúcia Isabel Silva e Marcel Hazeu